

USINA TERMELÉTRICA PAMPA SUL S.A.

CNPJ nº 04.739.720/0001-24 - NIRE 43.3.0007175-8 - Companhia Aberta

Data, Hora e Local: Aos 18 dias do mês de setembro de 2023, às 11h, de forma exclusivamente digital, conforme permitido pela Instrução Normativa nº 81, de 10/06/2020, emitida pelo Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, tendo como referência a sede da Usina Termelétrica Pampa Sul S.A., localizada na Cidade de Candiota, Estado do Rio Grande do Sul, na Estrada Seival - Trigôlandia (antiga RS- 84), Km 3, parte, Sala B, s/nº, Bairro Seival, CEP 96.495-000 ("Companhia"). **Convocação:** Dispensada a convocação prevista no artigo 124, parágrafo 4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, tendo em vista o comparecimento dos acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas em anexo na Companhia. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, quais sejam: (i) **Gráfico Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura**, fundo de investimento, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 47.093.821/0001-83; e (ii) **Perfin Space X Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura**, fundo de investimento, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 46.375.318/0001-58, devidamente representados por suas respectivas gestoras, na forma dos respectivos regulamentos. **Mesa:** Presidente - André Franco Penteado Moraes; e Secretário - Pedro Luis Del Mónico de Paula Santos. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre as seguintes matérias: **Item 1 -** alterar o atual endereço da sede da Companhia; e **Item 2 -** aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, para refletir a alteração em decorrência do item 1, caso aprovado. **Deliberações:** Preliminarmente, os acionistas aprovaram a lavratura da presente ata em forma de sumário. Conforme apresentação dos temas discutidos na Ordem do Dia, os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos: 1. Aprovar a alteração da sede da Companhia, a qual passará a ser na Cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Dois (Loteamento Parque Una Pelotas), 105, Salas 507, 708, 710 e 712, Bairro São Gonçalo, CEP 96.075-166. Em decorrência, foi aprovada a alteração da redação do *caput* do Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte e nova redação: *Art. 2º A Companhia tem sede e foro na Cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Dois (Loteamento Parque Una Pelotas), 105, Salas 507, 708, 710 e 712, Bairro São Gonçalo, CEP 96.075-166, podendo, por deliberação de sua Assembleia Geral, abrir e encerrar filiais, escritórios ou outros estabelecimentos, em qualquer parte do País ou no exterior.* 2. Os acionistas aprovam a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir a nova redação do Artigo 2º, conforme aprovado no item 1 acima, o qual passará a vigorar conforme **Anexo I** a presente ata. **Encerramento:** Esgotada a Ordem do Dia, os trabalhos foram suspensos à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada correta, aprovada e assinada pelos Acionistas, pelo Presidente, e por mim, Secretário. Candiota/RS, 18 de setembro de 2023. **Mesa:** André Franco Penteado Moraes - Presidente da mesa; Pedro Luis Del Mónico de Paula Santos - Secretário. **Acionistas:** **Gráfico Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura** - por Starboard Asset Ltda. Nome: Rodrigo Pires Mattos - Cargo: Diretor; Nome: Marcus Bitencourt - Cargo: Procurador. **Perfin Space X Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura** - por Perfin Infra Administração e Recursos Ltda. Nome: Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro - Cargo: Diretor; Nome: Camilla Casti - Cargo: Procuradora. **Anexo - Estatuto Social da Usina Termelétrica Pampa Sul S.A.** - CNPJ: 04.739.720/0001-24 - NIRE: 43.3.0007175-8. **Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração:** **Art. 1º Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. ("Companhia")** é uma sociedade anônima de capital aberto, regida pelo presente estatuto social ("Estatuto Social"), pela Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), pelo acordo de acionistas arquivado na sede social ("**Acordo de Acionistas**") e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. **Art. 2º** A Companhia tem sede e foro na Cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Dois (Loteamento Parque Una Pelotas), 105, Salas 507, 708, 710 e 712, Bairro São Gonçalo, CEP 96.075-166, podendo, por deliberação de sua Assembleia Geral, abrir e encerrar filiais, escritórios ou outros estabelecimentos, em qualquer parte do País ou no exterior. **Parágrafo Único.** A Companhia possui filial no Município de Candiota, Estado do Rio Grande do Sul, na Estrada Seival - Trigôlandia (antiga RS-84), Km 3, CEP 96.495-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 04.739.720/0002-05. **Art. 3º** A Companhia tem por objeto social a geração de energia elétrica por meio da implantação da Usina Termelétrica Pampa Sul S.A., podendo constituir consórcios para consecução do seu objeto social. **Parágrafo Único.** A atividade do objeto social acima está sujeita à obtenção de todas as eventuais licenças, autorizações e aprovações regulamentares. **Art. 4º** A Companhia iniciou suas atividades em 01 de novembro de 2001 e seu prazo de duração é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social e Ações:** **Art. 5º** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.268.041.368,00 (um bilhão, duzentos e sessenta e oito milhões, quarenta e um mil e trezentos e sessenta e oito reais), dividido em 1.268.041.368 (um bilhão, duzentos e sessenta e oito milhões, quarenta e um mil e trezentos e sessenta e oito) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **§ 1º** É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia. **§ 2º** Observados os termos do Acordo de Acionistas, os acionistas terão, na proporção do número de ações de emissão da Companhia que possuírem, o direito de preferência para a subscrição de novas ações, incluindo o direito de bônus de subscrição emitidas pela Companhia (exceto na outorga e no exercício de opção de compra de ações realizadas no âmbito de planos aprovados pela Assembleia Geral, casos em que os acionistas não terão direito de preferência). O direito de preferência deverá ser exercido dentro do prazo decadencial de 30 (trinta) dias. Exceto se de outra forma aprovado em Assembleia Geral, os aumentos de capital da Companhia deverão ser integralmente integralizados por seus subscritores no ato da subscrição, sob pena de invalidade da subscrição realizada. **§ 3º** A propriedade das ações deverá ser demonstrada pelo registro do nome do acionista no "Livro de Registro de Ações". Qualquer transferência ou cancelamento de ações emitidas pela Companhia, incluindo a transferência de ações, a transferência de ações da Companhia deverá ser sempre realizada de acordo com as disposições do Acordo de Acionistas, sob pena de ser considerada nula e sem efeitos. **Art. 6º** Cada ação ordinária corresponde a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Art. 7º** A Companhia está autorizada, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, a aumentar o capital social até o limite de R\$ 100.000.000,00 (em milhões de reais). **Parágrafo Único.** A Companhia poderá outorgar ações ou opções de compra de ações da Companhia, a qualquer tempo, mediante a aprovação da Assembleia Geral, desde que a Companhia ou sociedade sob seu controle, assim como os administradores e empregados de outras sociedades sob o seu controle, nos termos de planos de outorga de ações ou de opções de ações aprovados pela Assembleia Geral. **Capítulo III - Assembleia Geral:** **Art. 8º** A Assembleia Geral, com a competência prevista em lei e no Acordo de Acionistas, reunir-se-á ordinariamente dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **Art. 9º** As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Conselho de Administração, ou, se for o caso, por qualquer de seus acionistas, nos termos dos artigos 123 e 124, §1º, II da Lei das S.A., mediante a publicação do correspondente edital de convocação. **§ 1º** O edital de convocação fixará a ordem do dia, bem como a data, hora e local da Assembleia Geral, sendo expressamente proibida a inclusão de itens genéricos, como, por exemplo, "assuntos gerais de interesse da companhia". Nenhuma deliberação deverá ser tomada sobre quaisquer matérias que não constem expressamente na ordem do dia, conforme previsto no edital de convocação, sob pena de ser considerada nula, exceto por deliberações aprovadas pela totalidade dos acionistas da Companhia. Salvo disposição em contrário previamente acordada por todos os acionistas, as Assembleias Gerais serão realizadas em data, horário e local previamente acordados pela Companhia. As deliberações da Companhia também poderão ser realizadas por teleconferência e/ou qualquer outro meio eletrônico, desde que todos os participantes se comuniquem simultaneamente, observado que a ata da Assembleia Geral deverá ser assinada por todos os presentes posteriormente. **§ 2º** A primeira convocação das Assembleias Gerais deverá ser feita com a antecedência mínima de 21 (vinte e um) dias. Caso a Assembleia Geral não se realize em primeira convocação, será publicado anúncio de segunda convocação com antecedência mínima de 8 (oito) dias. **§ 3º** Os editais de convocação das Assembleias Gerais e a documentação suporte que será utilizada para a obtenção das deliberações da Companhia deverão ser enviados a todos os acionistas, independentemente de qualquer oposição, sob pena de nulidade da convocação. **Art. 10º** As Assembleias Gerais serão realizadas em data, hora e local previamente acordados pela Companhia, sendo expressamente proibida a inclusão de itens genéricos, como, por exemplo, "assuntos gerais de interesse da companhia". Nenhuma deliberação deverá ser tomada sobre quaisquer matérias que não constem expressamente na ordem do dia, conforme previsto no edital de convocação, sob pena de ser considerada nula, exceto por deliberações aprovadas pela totalidade dos acionistas da Companhia. Salvo disposição em contrário previamente acordada por todos os acionistas, as Assembleias Gerais serão realizadas em data, horário e local previamente acordados pela Companhia. As deliberações da Companhia também poderão ser realizadas por teleconferência e/ou qualquer outro meio eletrônico, desde que todos os participantes se comuniquem simultaneamente, observado que a ata da Assembleia Geral deverá ser assinada por todos os presentes posteriormente. **§ 2º** A primeira convocação das Assembleias Gerais deverá ser feita com a antecedência mínima de 21 (vinte e um) dias. Caso a Assembleia Geral não se realize em primeira convocação, será publicado anúncio de segunda convocação com antecedência mínima de 8 (oito) dias. **§ 3º** Os editais de convocação das Assembleias Gerais e a documentação suporte que será utilizada para a obtenção das deliberações da Companhia deverão ser enviados a todos os acionistas, independentemente de qualquer oposição, sob pena de nulidade da convocação. **Art. 11º** As Assembleias Gerais serão realizadas em data, hora e local previamente acordados pela Companhia, sendo expressamente proibida a inclusão de itens genéricos, como, por exemplo, "assuntos gerais de interesse da companhia". Nenhuma deliberação deverá ser tomada sobre quaisquer matérias que não constem expressamente na ordem do dia, conforme previsto no edital de convocação, sob pena de ser considerada nula, exceto por deliberações aprovadas pela totalidade dos acionistas da Companhia. Salvo disposição em contrário previamente acordada por todos os acionistas, as Assembleias Gerais serão realizadas em data, horário e local previamente acordados pela Companhia. As deliberações da Companhia também poderão ser realizadas por teleconferência e/ou qualquer outro meio eletrônico, desde que todos os participantes se comuniquem simultaneamente, observado que a ata da Assembleia Geral deverá ser assinada por todos os presentes posteriormente. **§ 2º** A primeira convocação das Assembleias Gerais deverá ser feita com a antecedência mínima de 21 (vinte e um) dias. Caso a Assembleia Geral não se realize em primeira convocação, será publicado anúncio de segunda convocação com antecedência mínima de 8 (oito) dias. **§ 3º** Os editais de convocação das Assembleias Gerais e a documentação suporte que será utilizada para a obtenção das deliberações da Companhia deverão ser enviados a todos os acionistas, independentemente de qualquer oposição, sob pena de nulidade da convocação. **Art. 12** Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e no Acordo de Acionistas, as seguintes matérias deverão ser submetidas à deliberação da Assembleia Geral e estarão sujeitas ao voto afirmativo de 60% (sessenta por cento) mais 1 (uma) ação com direito a voto representativas do capital social da Companhia, seja em primeira ou segunda convocação, salvo se o quórum decorado for superior àquela exigida em qualquer outra sociedade: a) criação, alteração ou cancelamento de plano de outorga de opção de compra de ações da Companhia; b) autorização aos administradores para declarar falência ou requerer recuperação judicial ou homologação de recuperação extrajudicial da Companhia; c) dissolução, liquidação, partilha, cessação do estado de liquidação ou encerramento das atividades da Companhia, bem como eleição e destituição dos liquidantes e suas contas; d) aumento do capital social da Companhia; e) criação de novas classes ou espécies de ações, bem como alterações nas características, direitos e privilégios das ações em circulação da Companhia; f) redução de capital, resgate, recompra ou cancelamento de ações de emissão da Companhia, incluindo o direito de preferência de subscrição de ações conversíveis em ações e/ou quaisquer títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia, bem como a aprovação do preço de emissão, condições de pagamento e forma de colocação de tais títulos ou valores mobiliários; h) transformação da Companhia em outro tipo societário, bem como a fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, *drop down* de ativos e/ou passivos ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia; i) declaração de dividendos em desacordo com a política de distribuição de lucros pactuada no Acordo de Acionistas e destinação de resultados para reservas, incluindo a criação de novas reservas da Companhia, estatutárias ou não; j) criação, alteração ou cancelamento de plano de outorga de opção de compra de ações da Companhia; k) fixação da remuneração global dos administradores em desacordo com as diretrizes pactuadas no Acordo de Acionistas; l) deliberação sobre fechamento do capital da Companhia, bem como conversão do registro da Companhia na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") de categoria B em categoria A ou perante qualquer autarquia equivalente na jurisdição estrangeira; m) deliberação sobre a oferta pública de ações de emissão da Companhia em qualquer segmento de listagem da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão; n) eleição e destituição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; o) aquisição de participação ou desinvestimento da Companhia em qualquer outra sociedade; p) expansão da planta onde se dá a operação da Companhia; q) aprovação, previamente à sua celebração, rescisão ou modificação, de quaisquer contratos com partes relacionadas da Companhia, os quais, de qualquer maneira, somente poderão ser celebrados em condições normais de mercado - ou seja, em condições condizentes com aquelas que seriam ofertadas caso tal transação fosse realizada entre partes não relacionadas, sem conflito de interesses e no melhor interesse da Companhia. **Art. 13** Salvo deliberação em contrário, as atas das deliberações das Assembleias Gerais serão lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, incluindo as deliberações e protestos, e serão publicadas com omissão das assinaturas dos acionistas. **Art. 14** Com observância do disposto na Lei aplicável, os acionistas somente poderão outorgar procurações para sua representação em Assembleias Gerais sob a condição de que tais procuradores votem e/ou procedam na forma determinada no Acordo de Acionistas. **Capítulo IV - Administração: Seção I - Disposições Gerais:** **Art. 15** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, que serão compostos e funcionarão em conformidade com este Estatuto Social, a legislação aplicável, e o disposto no Acordo de Acionistas. **§ 1º** Os administradores da Companhia deverão ser profissionais experientes, capazes, com reputação ímpecável e que estejam em condições necessárias para os cargos por eles ocupados. **§ 2º** Aos administradores da Companhia será vedado intervir em qualquer operação social em que tiverem interesse conflitante com os interesses da Companhia, cumprindo-lhes o dever de diligência dos demais administradores de seu impedimento, nos termos do artigo 156 da Lei das S.A. **§ 3º** A posse de membros do Conselho de Administração, da Diretoria e de quaisquer outros membros de comitês e conselhos da Companhia dar-se-á por termo lavrado em livro próprio (ou, quando livro próprio não for requerido nos termos das disposições de direito aplicáveis, em livro próprio ou em sistema eletrônico de registro de atas), no qual constará, além dos requisitos legais necessários, (i) declaração de conhecimento dos termos e condições (incluindo a obrigação de confidencialidade) previstos no Acordo de Acionistas, bem como compromisso de observar e respeitar tais termos e condições; e (ii) declaração de adesão à cláusula compromissória avençada neste Estatuto Social, assinada pela pessoa empossada, dispensada qualquer garantia de gestão. **§ 4º** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria terão uma remuneração compatível com a remuneração recebida por conselheiros e diretores de outras companhias atuando no mesmo ramo de negócios e do mesmo porte da Companhia, observado que a remuneração de cada um dos conselheiros deverá ser fixada em Assembleia Geral da Companhia em qualquer Reunião do Conselho de Administração da Companhia, com base na remuneração global para a administração estabelecida na Assembleia Geral. **§ 5º** É expressamente vedado e nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer administrador, procurador ou empregado da Companhia que a envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhas ao seu objeto social ou em violação à lei e ao Estatuto Social. **Seção II - Conselho de Administração:** **Art. 16** O Conselho de Administração da Companhia será composto por 4 (quatro) membros ("**Conselheiros**") ou, alternativamente, pelo Conselho de Administração, que serão eleitos pela Assembleia Geral por um mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição, conforme regras previstas no Acordo de Acionistas da Companhia. **§ 1º** O Conselho de Administração terá um Presidente que será eleito nos termos do Acordo de Acionistas da Companhia, competindo-lhe, especialmente, além das demais atribuições conferidas pelo Acordo de Acionistas, por lei e por este Estatuto Social, o seguinte: (i) presidir a Assembleia Geral; e (ii) convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração. **§ 2º** O Presidente do Conselho de Administração não terá o direito a voto de minerva ou voto de desempate em qualquer reunião do Conselho de Administração. **§ 3º** Ocorrendo a vacância do cargo de conselheiro de administração, o Conselho de Administração poderá, por decisão colegiada, nomear um substituto temporário substituído para completar o mandato do substituído, ficando a deliberação sujeita à ratificação posterior da próxima Assembleia Geral. **Art. 17** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada mês, e extraordinariamente sempre que necessário, na sede da Companhia e, extraordinariamente, sempre que necessário. As reuniões do Conselho de Administração deverão ser realizadas (i)

Realizada em 18 de Setembro de 2023 pessoalmente, com possibilidade de participação por teleconferência e videoconferência, na sede da Companhia; ou (ii) remotamente, também com possibilidade de participação por teleconferência e videoconferência, sendo certo que as decisões tomadas pelo Conselho de Administração deverão ser formalizadas por escrito. **§ 1º** As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por seu Presidente ou por 2 (dois) Conselheiros em conjunto. O aviso de convocação será entregue pessoalmente ou por e-mail (com confirmação de recebimento) em prazo não inferior a 5 (cinco) dias antes da data de cada reunião. A convocação deverá especificar o local, data e horário da reunião e a ordem do dia detalhada (sendo expressamente proibida a inclusão de itens genéricos como, por exemplo, "assuntos gerais de interesse da companhia"), devendo ser acompanhada de documentação suporte que será utilizada para deliberação das matérias constantes da ordem do dia da reunião. **§ 2º** A presença de todos os membros do Conselho de Administração será exigida para a instalação regular de qualquer reunião do Conselho de Administração em 1º (primeira) convocação. Em 2º (segunda) convocação, a reunião do Conselho de Administração será instalada com a presença de ao menos 2 (dois) membros do Conselho de Administração, independentemente do acionista que os induz. **§ 3º** Será considerada regular a reunião do Conselho de Administração da qual: (i) um ou mais conselheiros tenham participado por meio de videoconferência, conferência telefônica ou outro sistema de comunicação que permita que todos os participantes da reunião escutem uns aos outros o tempo todo, sem a necessidade da presença física dos demais; e desde que as deliberações tomadas sejam objeto de ata assinada por todos os presentes posteriormente; ou, ainda, (ii) todos os membros do Conselho de Administração tenham comparecido voluntariamente, independentemente das formalidades de convocação acima previstas. Os membros do Conselho de Administração que participarem das reuniões remotamente (conforme acima previsto) serão considerados presentes para efeito do quórum necessário para tal reunião, e suas decisões terão a mesma efetividade que as decisões tomadas em reuniões presenciais. **§ 4º** O presidente das reuniões do Conselho de Administração será o Presidente do Conselho de Administração e o secretário será um Conselheiro por ele escolhido. Na ausência do Presidente do Conselho de Administração, o presidente e o secretário da mesa serão escolhidos pelos Conselheiros presentes. **§ 5º** Salvo deliberação em contrário, as atas das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive de eventuais dissidências e protestos e, quando contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros, arquivadas no registro de atos e multas da Companhia. **Art. 18** As deliberações das reuniões do Conselho de Administração, exceto conforme previsto no Artigo 19 abaixo, serão aprovadas por maioria de votos dos presentes, não se computando os votos em branco. **Art. 19** Sem prejuízo de outras matérias que sejam de competência do Conselho de Administração, nos termos da Lei das S.A., que estarão sujeitas ao disposto no Artigo 18 acima, as seguintes matérias estarão sujeitas à deliberação do Conselho de Administração, requerendo a aprovação de pelo menos 1 (um) Conselheiro indicado por cada acionista, em 1º (primeira) ou 2º (segunda) convocação, observados os termos do Acordo de Acionistas: a) aprovação e/ou alteração do plano de negócios da Companhia; b) aprovação do orçamento anual da Companhia; c) eleição e destituição dos Diretores da Companhia, bem como a fixação de suas respectivas remunerações; d) aprovação de qualquer aumento de capital social da Companhia dentro de seu capital social autorizado, se houver, sem a necessidade de se proceder com a reforma deste Estatuto Social; e) aprovação, previamente à sua celebração, rescisão ou modificação, de quaisquer contratos entre a Companhia e quaisquer terceiros (incluindo entidades da administração pública, direta ou indireta), cujo valor individual ou acumulado no período a que se refere o orçamento anual da Companhia seja superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); f) aprovação, previamente à sua celebração, rescisão ou modificação, de quaisquer contratos de fornecimento de energia, fornecimento de calor, fornecimento de gás, aquecimento ou destinação de resíduos, administração pública, judicial ou de qualquer procedimento arbitral, inclusive envolvendo autoridades governamentais ou questões reputacionais, independentemente do valor envolvido; h) criação e extinção de comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e à Diretoria; i) venda, arrendamento, transferência ou qualquer outra forma de alienação dos bens da Companhia, em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); j) criação de Ônus sobre quaisquer bens ou direitos de titularidade da Companhia, presentes ou futuros, tangíveis ou intangíveis (salvo quando em garantia de operações de endividamento da própria Companhia, em operações de operação, manutenção e funcionamento da central geradora de energia por fonte térmica a carvão mineral da Companhia, em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)); k) criação de Ônus sobre quaisquer bens ou direitos de titularidade da Companhia, presentes ou futuros, tangíveis ou intangíveis (salvo quando em garantia de operações de endividamento da própria Companhia, em operações de operação, manutenção e funcionamento da central geradora de energia por fonte térmica a carvão mineral da Companhia, em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)); l) celebração de Ônus sobre quaisquer bens ou direitos de titularidade da Companhia, presentes ou futuros, tangíveis ou intangíveis (salvo quando em garantia de operações de endividamento da própria Companhia, em operações de operação, manutenção e funcionamento da central geradora de energia por fonte térmica a carvão mineral da Companhia, em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)); m) celebração de quaisquer contratos de derivativos, incluindo operações de hedge de energia, cujo valor individual ou em uma série de operações relacionadas exceda R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); n) contratação, alteração dos termos de contratação ou destituição dos auditores independentes, exceto se PwC, Ernst & Young, KPMG ou Deloitte; o) assunção de compromissos ou obrigações, liquidação de créditos, ou renúncia de direitos ou créditos, desde que não expressamente cobertos pelos itens acima, que envolvam valor individual (ou em conjunto com operações relacionadas) igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); p) contratação ou realização de novos investimentos de capital (casos em valor individual ou em conjunto com operações relacionadas) igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). **Art. 20** O Conselho de Administração poderá criar e instituir comitês com a finalidade de assessorar o Conselho de Administração e a Diretoria no acompanhamento das atividades da Companhia e conferir maior eficiência e qualidade às suas decisões. Os comitês eventualmente instituídos não terão quaisquer funções executivas ou caráter deliberativo. **§ 1º** As regras de funcionamento dos comitês eventualmente instituídos serão fixadas em regulamento interno aprovado pelo Conselho de Administração na ocasião de sua instituição. **§ 2º** A Companhia deverá manter, no mínimo, um comitê de auditoria e execução de CAPEX/OPEX. **Seção III - Diretoria:** **Art. 21** A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) membros da Companhia. O comitê de acompanhamento (i) terá reuniões ordinárias mensais, podendo se reunir extraordinariamente sempre que necessário; (ii) contará com a participação de Diretores e colaboradores da Companhia, assim como até 2 (dois) indivíduos indicados por cada acionista; e (iii) apresentará relatórios sobre todos os temas relevantes relacionados ao bom funcionamento da usina da Companhia, incluindo, mas sem limitação, indicadores de operação, indicadores ambientais, questões regulatórias, jurídicas e financeiras, tais quais a Diretoria julgar relevante para a gestão da Companhia. **Art. 22** A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) membros da Companhia. O comitê de acompanhamento (i) terá reuniões ordinárias mensais, podendo se reunir extraordinariamente sempre que necessário; (ii) contará com a participação de Diretores e colaboradores da Companhia, assim como até 2 (dois) indivíduos indicados por cada acionista; e (iii) apresentará relatórios sobre todos os temas relevantes relacionados ao bom funcionamento da usina da Companhia, incluindo, mas sem limitação, indicadores de operação, indicadores ambientais, questões regulatórias, jurídicas e financeiras, tais quais a Diretoria julgar relevante para a gestão da Companhia. **Art. 23** A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se, sempre que os interesses sociais exigirem, mediante convocação de qualquer de seus Diretores. As atas das reuniões da Diretoria deverão ser lavradas no livro de atas das reuniões de diretoria. **Art. 24** Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e no Acordo de Acionistas, compete ao Diretor Presidente (a) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia; (b) assegurar a execução das atividades financeiras, operacionais e de gestão da Companhia, incluindo a aprovação do orçamento anual da Companhia; (c) aprovar o orçamento de capital da Companhia ou por este Estatuto Social de prévia aprovação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração. **Art. 25** A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se, sempre que os interesses sociais exigirem, mediante convocação de qualquer de seus Diretores. As atas das reuniões da Diretoria deverão ser lavradas no livro de atas das reuniões de diretoria. **Art. 26** Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e no Acordo de Acionistas, compete ao Diretor Presidente (a) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia; (b) assegurar a execução das atividades financeiras, operacionais e de gestão da Companhia, incluindo a aprovação do orçamento anual da Companhia; (c) aprovar o orçamento de capital da Companhia ou por este Estatuto Social de prévia aprovação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração. **Art. 27** A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se, sempre que os interesses sociais exigirem, mediante convocação de qualquer de seus Diretores. As atas das reuniões da Diretoria deverão ser lavradas no livro de atas das reuniões de diretoria. **Art. 28** Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e no Acordo de Acionistas, compete ao Diretor Presidente (a) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia; (b) assegurar a execução das atividades financeiras, operacionais e de gestão da Companhia, incluindo a aprovação do orçamento anual da Companhia; (c) aprovar o orçamento de capital da Companhia ou por este Estatuto Social de prévia aprovação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração. **Art. 29** A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se, sempre que os interesses sociais exigirem, mediante convocação de qualquer de seus Diretores. As atas das reuniões da Diretoria deverão ser lavradas no livro de atas das reuniões de diretoria. **Art. 30** Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e no Acordo de Acionistas, compete ao Diretor Presidente (a) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia; (b) assegurar a execução das atividades financeiras, operacionais e de gestão da Companhia, incluindo a aprovação do orçamento anual da Companhia; (c) aprovar o orçamento de capital da Companhia ou por este Estatuto Social de prévia aprovação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração. **Art. 31** A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se, sempre que os interesses sociais exigirem, mediante convocação de qualquer de seus Diretores. As atas das reuniões da Diretoria deverão ser lavradas no livro de atas das reuniões de diretoria. **Art. 32** Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e no Acordo de Acionistas, compete ao Diretor Presidente (a) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia; (b) assegurar a execução das atividades financeiras, operacionais e de gestão da Companhia, incluindo a aprovação do orçamento anual da Companhia; (c) aprovar o orçamento de capital da Companhia ou por este Estatuto Social de prévia aprovação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração. **Art. 33** A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se, sempre que os interesses sociais exigirem, mediante convocação de qualquer de seus Diretores. As atas das reuniões da Diretoria deverão ser lavradas no livro de atas das reuniões de diretoria. **Art. 34** Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e no Acordo de Acionistas, compete ao Diretor Presidente (a) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia; (b) assegurar a execução das atividades financeiras, operacionais e de gestão da Companhia, incluindo a aprovação do orçamento anual da Companhia; (c) aprovar o orçamento de capital da Companhia ou por este Estatuto Social de prévia aprovação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração. **Art. 35** A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se, sempre que os interesses sociais exigirem, mediante convocação de qualquer de seus Diretores. As atas das reuniões da Diretoria deverão ser lavradas no livro de atas das reuniões de diretoria. **Art. 36** Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e no Acordo de Acionistas, compete ao Diretor Presidente (a) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia; (b) assegurar a execução das atividades financeiras, operacionais e de gestão da Companhia, incluindo a aprovação do orçamento anual da Companhia; (c) aprovar o orçamento de capital da Companhia ou por este Estatuto Social de prévia aprovação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração. **Art. 37** A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se, sempre que os interesses sociais exigirem, mediante convocação de qualquer de seus Diretores. As atas das reuniões da Diretoria deverão ser lavradas no livro de atas das reuniões de diretoria. **Art. 38** Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e no Acordo de Acionistas, compete ao Diretor Presidente (a) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia; (b) assegurar a execução das atividades financeiras, operacionais e de gestão da Companhia, incluindo a aprovação do orçamento anual da Companhia; (c) aprovar o orçamento de capital da Companhia ou por este Estatuto Social de prévia aprovação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração. **Art. 39** A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se, sempre que os interesses sociais exigirem, mediante convocação de qualquer de seus Diretores. As atas das reuniões da Diretoria deverão ser lavradas no livro de atas das reuniões de diretoria. **Art. 40** Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e no Acordo de Acionistas, compete ao Diretor Presidente (a) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia; (b) assegurar a execução das atividades financeiras, operacionais e de gestão da Companhia, incluindo a aprovação do orçamento anual da Companhia; (c) aprovar o orçamento de capital da Companhia ou por este Estatuto Social de prévia aprovação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração. **Art. 41** A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se, sempre que os interesses sociais exigirem, mediante convocação de qualquer de seus Diretores. As atas das reuniões da Diretoria deverão ser lavradas no livro de atas das reuniões de diretoria. **Art. 42** Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e no Acordo de Acionistas, compete ao Diretor Presidente (a) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia; (b) assegurar a execução das atividades financeiras, operacionais e de gestão da Companhia, incluindo a aprovação do orçamento anual da Companhia; (c) aprovar o orçamento de capital da Companhia ou por este Estatuto Social de prévia aprovação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração. **Art. 43** A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se, sempre que os interesses sociais exigirem, mediante convocação de qualquer de seus Diretores. As atas das reuniões da Diretoria deverão ser lavradas no livro de atas das reuniões de diretoria. **Art. 44** Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e no Acordo de Acionistas, compete ao Diretor Presidente (a) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia; (b) assegurar a execução das atividades financeiras, operacionais e de gestão da Companhia, incluindo a aprovação do orçamento anual da Companhia; (c) aprovar o orçamento de capital da Companhia ou por este Estatuto Social de prévia aprovação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração. **Art. 45** A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se, sempre que os interesses sociais exigirem, mediante convocação de qualquer de seus Diretores. As atas das reuniões da Diretoria deverão ser lavradas no livro de atas das reuniões de diretoria. **Art. 46** Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e no Acordo de Acionistas, compete ao Diretor Presidente (a) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia; (b) assegurar a execução das atividades financeiras, operacionais e de gestão da Companhia, incluindo a aprovação do orçamento anual da Companhia; (c) aprovar o orçamento de capital da Companhia ou por este Estatuto Social de prévia aprovação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração. **Art. 47** A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se, sempre que os interesses sociais exigirem, mediante convocação de qualquer de seus Diretores. As atas das reuniões da Diretoria deverão ser lavradas no livro de atas das reuniões de diretoria. **Art. 48** Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e no Acordo de Acionistas, compete ao Diretor Presidente (a) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia; (b) assegurar a execução das atividades financeiras, operacionais e de gestão da Companhia, incluindo a aprovação do orçamento anual da Companhia; (c) aprovar o orçamento de capital da Companhia ou por este Estatuto Social de prévia aprovação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração. **Art. 49** A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se, sempre que os interesses sociais exigirem, mediante convocação de qualquer de seus Diretores. As atas das reuniões da Diretoria deverão ser lavradas no livro de atas das reuniões de diretoria. **Art. 50** Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e no Acordo de Acionistas, compete ao Diretor Presidente (a) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia; (b) assegurar a execução das atividades financeiras, operacionais e de gestão da Companhia, incluindo a aprovação do orçamento anual da Companhia; (c) aprovar o orçamento de capital da Companhia ou por este Estatuto Social de prévia aprovação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração. **Art. 51** A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se, sempre que os interesses sociais exigirem, mediante convocação de qualquer de seus Diretores. As atas das reuniões da Diretoria deverão ser lavradas no livro de atas das reuniões de diretoria. **Art. 52** Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e no Acordo de Acionistas, compete ao Diretor Presidente (a) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia; (b) assegurar a execução das atividades financeiras, operacionais e de gestão da Companhia, incluindo a aprovação do orçamento anual da Companhia; (c) aprovar o orçamento de capital da Companhia ou por este Estatuto Social de prévia aprovação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração. **Art. 53** A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se, sempre que os interesses sociais exigirem, mediante convocação de qualquer de seus Diretores. As atas das reuniões da Diretoria deverão ser lavradas no livro de atas das reuniões de diretoria. **Art. 54** Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e no Acordo de Acionistas, compete ao Diretor Presidente (a) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia; (b) assegurar a execução das atividades financeiras, operacionais e de gestão da Companhia, incluindo a aprovação do orçamento anual da Companhia; (c) aprovar o orçamento de capital da Companhia ou por este Estatuto Social de prévia aprovação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração. **Art. 55** A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se, sempre que os interesses sociais exigirem, mediante convocação de qualquer de seus Diretores. As atas das reuniões da Diretoria deverão ser lavradas no livro de atas das reuniões de diretoria. **Art. 56** Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e no Acordo de Acionistas, compete ao Diretor Presidente (a) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia; (b) assegurar a execução das atividades financeiras, operacionais e de gestão da Companhia, incluindo a aprovação do orçamento anual da Companhia; (c) aprovar o orçamento de capital da Companhia ou por este Estatuto Social de prévia aprovação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração. **Art. 57** A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se, sempre que os interesses sociais exigirem, mediante convocação de qualquer de seus Diretores. As atas das reuniões da Diretoria deverão ser lavradas no livro de atas das reuniões de diretoria. **Art. 58** Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e no Acordo de Acionistas, compete ao Diretor Presidente (a) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia; (b) assegurar a execução das atividades financeiras, operacionais e de gestão da Companhia, incluindo a aprovação do orçamento anual da Companhia; (c) aprovar o orçamento de capital da Companhia ou por este Estatuto Social de prévia aprovação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração. **Art. 59** A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se, sempre que os interesses sociais exigirem, mediante convocação de qualquer de seus Diretores. As atas das reuniões da Diretoria deverão ser lavradas no livro de atas das reuniões de diretoria. **Art. 60** Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e no Acordo de Acionistas, compete ao Diretor Presidente (a) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia; (b) assegurar a execução das atividades financeiras, operacionais e de gestão da Companhia, incluindo a aprovação do orçamento anual da Companhia; (c) aprovar o orçamento de capital da Companhia ou por este Estatuto Social de prévia aprovação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração. **Art. 61** A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se, sempre que os interesses sociais exigirem, mediante convocação de qualquer de seus Diretores. As atas das reuniões da Diretoria deverão ser lavradas no livro de atas das reuniões de diretoria. **Art. 62** Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e no Acordo de Acionistas, compete ao Diretor Presidente (a) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia; (b) assegurar a execução das atividades financeiras, operacionais e de gestão da Companhia, incluindo a aprovação do orçamento anual da Companhia; (c) aprovar o orçamento de capital da Companhia ou por este Estatuto Social de prévia aprovação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração. **Art. 63** A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se, sempre que os interesses sociais exigirem, mediante convocação de qualquer de seus Diretores. As atas das reuniões da Diretoria deverão ser lavradas no livro de atas das reuniões de diretoria. **Art. 64** Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e no Acordo de Acionistas, compete ao Diretor Presidente (a) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia; (b) assegurar a execução das atividades financeiras, operacionais e de gestão da Companhia, incluindo a aprovação do orçamento anual da Companhia; (c) aprovar o orçamento de capital da Companhia ou por este Estatuto Social de prévia aprovação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração. **Art. 65** A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se, sempre que os interesses sociais exigirem, mediante convocação de qualquer de seus Diretores. As atas das reuniões da Diretoria deverão ser lavradas no livro de atas das reuniões de diretoria. **Art. 66** Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e no Acordo de Acionistas, compete ao Diretor Presidente (a) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia; (b) assegurar a execução das atividades financeiras, operacionais e de gestão da Companhia, incluindo a aprovação do orçamento anual da Companhia; (c) aprovar o orçamento de capital da Companhia ou por este Estatuto Social de prévia aprovação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração. **Art. 67** A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se, sempre que os interesses sociais exigirem, mediante convocação de qualquer de seus Diretores. As atas das reuniões da Diretoria deverão ser lavradas no livro de atas das reuniões de diretoria. **Art. 68** Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e no Acordo de Acionistas, compete ao Diretor Presidente (a) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia; (b) assegurar a execução das atividades financeiras, operacionais e de gestão da Companhia, incluindo a aprovação do orçamento anual da Companhia; (c) aprovar o orçamento de capital da Companhia ou por este Estatuto Social de prévia aprovação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração. **Art. 69** A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se, sempre que os interesses sociais exigirem, mediante convocação de qualquer de seus Diretores. As atas das reuniões da Diretoria deverão ser lavradas no livro de atas das reuniões de diretoria. **Art. 70** Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e no Acordo de Acionistas, compete ao Diretor Presidente (a) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia; (b) assegurar a execução das atividades financeiras, operacionais e de gestão da Companhia, incluindo a aprovação do orçamento anual da Companhia; (c) aprovar o orçamento de capital da Companhia ou por este Estatuto Social de prévia aprovação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração. **Art. 71** A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se, sempre que os interesses sociais exigirem, mediante convocação de qualquer de seus Diretores. As atas das reuniões da Diretoria deverão ser lavradas no livro de atas das reuniões de diretoria. **Art. 72** Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e no Acordo de Acionistas, compete ao Diretor Presidente (a) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia; (b) assegurar a execução das atividades financeiras, operacionais e de gestão da Companhia, incluindo a aprovação do orçamento anual da Companhia; (c) aprovar o orçamento de capital da Companhia ou por este Estatuto Social de prévia aprovação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração. **Art. 73** A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se, sempre que os interesses sociais exigirem, mediante convocação de qualquer de seus Diretores. As atas das reuniões da Diretoria deverão ser lavradas no livro de atas das reuniões de diretoria. **Art. 74** Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e no Acordo de Acionistas, compete ao Diretor Presidente (a) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia; (b) assegurar a execução das atividades financeiras, operacionais e de gestão da Companhia, incluindo a aprovação do orçamento anual da Companhia; (c) aprovar o orçamento de capital da Companhia ou por